



A CONFIGURAÇÃO POLÍTICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE E O CONFLITO COM O EXECUTIVO MUNICIPAL

O biênio 2023-2024 da atual Legislatura da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) se iniciou com modificações no corpo legislativo e na presidência da Casa.

Em 1 de janeiro, 6 suplentes assumiram o cargo de vereança na instituição. Substituíram vereadores que, no ano passado, foram eleitos para exercer o ofício legislativo na Assembleia

Legislativa de Minas Gerais e na Câmara dos Deputados: Bella Gonçalves (PSOL), Bim da Ambulância (Avante), Nely Aquino (PODE), Macaé Evaristo (PT), Nikolas Ferreira (PL) e Duda Salabert (PDT). Para substituí-los, assumiram a vaga como vereadores Cida Falabella (PSOL), Maninho Félix (PSD), Loíde Gonçalves (PODE), Bruno Pedralva (PT), Uner Augusto (PRTB) e Wagner Ferreira (PDT), respectivamente.

O quadro foi renovado novamente em meados de janeiro e de fevereiro, em razão da renúncia de Léo Burguês (União Brasil) e do falecimento de Walter Tosta (PL). Para ocupar ambas as

vagas, correligionários tomaram posse: Janaína Cardoso (União Brasil) e Sérgio Fernando Pinho Tavares (PL), respectivamente.

Léo Burguês renunciou em meio à plenária em que estava sendo votada a cassação de seu mandato. Entre as irregularidades atribuídas ao então vereador do União Brasil estão a prática de “rachadinha” (termo que descreve o crime de peculato ou, no caso, a apropriação irregular de verba pública destinada ao pagamento dos funcionários de gabinete); não declaração completa de patrimônio; e comportamento torpe em votação, manifestado, segundo a acusação, pelo referido vereador ao deferir golpes na estrutura física da Câmara Municipal.

O início do novo biênio foi marcado também pela composição de uma nova Mesa Diretora, tendo vencido a disputa pela direção da Câmara a chapa de Gabriel Azevedo (sem partido). Como o prefeito Fuad Noman (PSD) havia declarado apoio à chapa concorrente, composta pelo líder do governo na Câmara Bruno Miranda (PDT), as tensões entre o prefeito e Gabriel Azevedo, agora presidente do Legislativo, foram se intensificando

desde o período de eleição da Mesa Diretora.

Já no mês de março, o líder do Executivo sugeriu publicamente que Gabriel Azevedo tende a não inserir projetos de interesse da PBH nas votações no plenário. O prefeito deu a entender também que os projetos de interesse do vereador é que estariam sendo priorizados.

Após essa fala, o presidente da Casa acelerou três projetos de lei formulados pela prefeitura e que são da maior importância para o governo municipal (como é o caso da reforma administrativa) e também para os cidadãos (como o empréstimo de R\$ 900 milhões para realização de obras na avenida Vilarinho). Essa celeridade foi interpretada em toda a parte como uma armadilha, já que não teria sido possível à base do governo buscar o necessário apoio dos vereadores para a aprovação dos projetos.

Destaca-se, especialmente, a maneira como esse gesto foi lido na cobertura da imprensa, em que esse fato foi descrito como mais um episódio da disputa pessoal para a qual foram arrastados os dois Poderes na Cidade.

As relações entre ambos os políticos perpetuam a mesma tendência de embate entre Executivo e Legislativo que remonta às duas gestões do ex-prefeito Alexandre Kalil (PSD). Assistiu-se a mais um capítulo desse conflito, no final de 2022, quando uma denúncia foi aberta na CMBH para investigar a contratação, por Fuad Noman, de parentes de vereadores, cujos cargos seriam supostamente utilizados como moeda de troca para aprovação de suas propostas na Câmara.

Esses atritos constantes já antecipam a corrida eleitoral que se dará em 2024. Pesquisa conduzida pelo Instituto Opus, no final de 2022, apontou que 87,5% dos habitantes de Belo Horizonte desconhecem Fuad Noman, embora ele esteja liderando a Prefeitura desde abril de 2022, após a saída de Alexandre Kalil para a disputa eleitoral do governo de Minas Gerais.

Para Fuad Noman, é estratégico executar ações de alto impacto visando à popularização do seu mandato. Em entrevista ao jornal Estado de Minas, o atual prefeito afirmou querer “que as obras de Belo Horizonte sejam reconhecidas pela população. Se falarem

'foi o prefeito Fuad que fez', vou ficar muito feliz”.

No final de 2022, quando arguido sobre as eleições futuras, o líder do Executivo da capital mineira afirmava estar cedo para se falar em reeleição: “em 2024 quero ter a oportunidade de escolher se quero continuar ou sair, mas agora minha posição é não pensar nisso e focar em Belo Horizonte”.

Agora, porém, o contexto é outro. Passadas as eleições estaduais e federais, os partidos políticos já estão mobilizados para fazerem definições importantes e se posicionam para o embate municipal do ano que vem.

Gabriel Azevedo descartou candidatura a vereador no ano que vem. Tende a ser evasivo quanto à disputa pela Prefeitura, mas, ao mesmo tempo, se declarou aberto ao pleito em 2024. Sem partido desde meados de 2021 – quando foi expulso do Patriota após críticas a Jair Bolsonaro e a seus familiares –, o presidente da CMBH diz que foi convidado por 11 legendas para filiar-se, visando às próximas eleições municipais.

PERFIL POLÍTICO-PARTIDÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Os atuais vereadores de Belo Horizonte estão distribuídos em 21 legendas. Nas últimas eleições, PP, PSD e Novo conquistaram maior espaço na Casa legislativa. Além desses três, compartilham o mesmo campo político o Avante, o Patriota e o União Brasil, cada qual com 2 vereadores. Em seguida aparecem, alinhados com os anteriores, 11 partidos políticos que têm apenas um vereador cada. O presidente da Câmara continua sem partido. Hoje são ao todo, portanto, 33 vereadores classificados politicamente do centro à extrema-direita na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Somente 4 das legendas representadas na Casa se localizam mais à esquerda ou à centro-esquerda do espectro político-ideológico: o PDT, que teve um

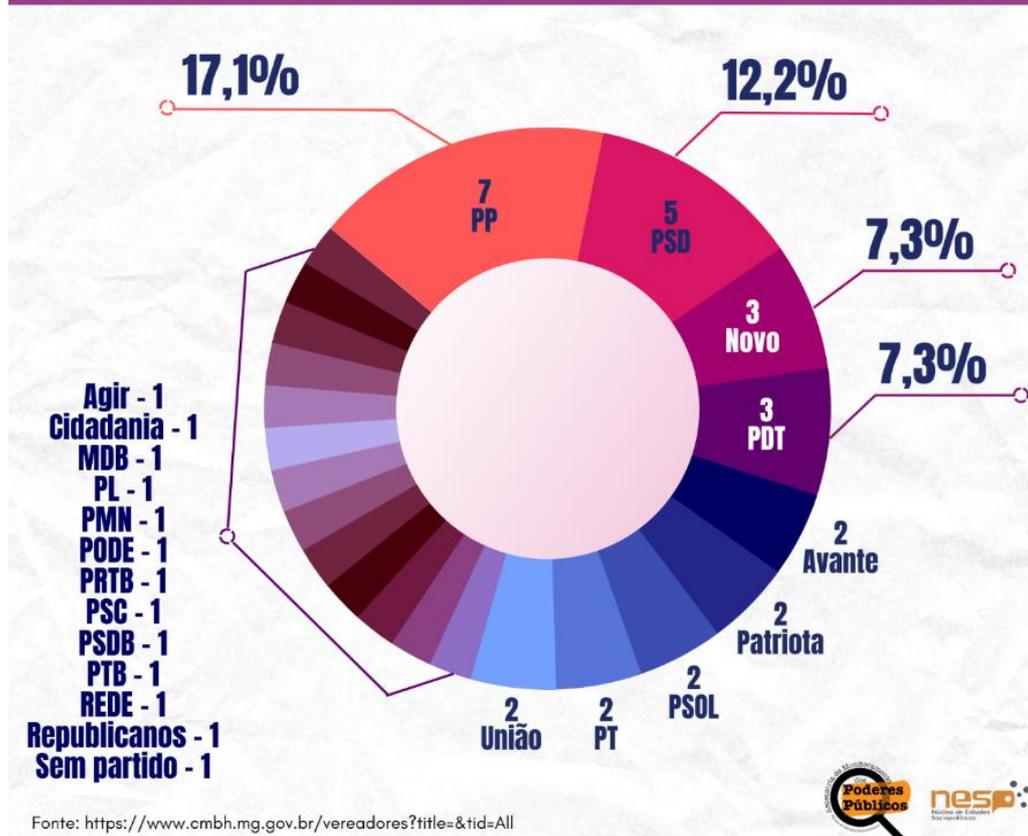
crescimento importante e detém 3 cadeiras; o PSOL e o PT possuem 2; e a Rede possui um vereador.

Juntos, os 8 vereadores desses segmentos representam 19,5% das cadeiras na Câmara.

Há uma forma de se fazer política que há muito se instalou na Câmara Municipal e ali ainda prevalece. Trata-se de uma prática eleitoreira que faz do vereador uma espécie de despachante, supostamente necessário para fazer a intermediação entre o cidadão e os serviços prestados pela prefeitura.

Vereadores que adotam esse modo de fazer política priorizam ações que dão visibilidade e que lhes recompensem, na hora da reeleição, com grande número de votos. Daí a atenção especial que dedicam à distribuição de cestas básicas, ao asfaltamento de ruas, à instalação de quebra-molas, à poda de árvores, entre outras providências semelhantes.

PARTIDOS QUE COMPÕEM A CMBH, BIÊNIO 2023-2024



Nesse cenário, as tarefas previstas na Constituição, como atribuições de um parlamentar – fiscalizar o Executivo e legislar –, se tornam acessórias: mostram-se abstratas demais para convencer o cidadão menos informado a reeleger seu vereador. Estabelece-se, assim, uma relação na qual o voto se converte na moeda a ser barganhada.

Há sinais claros de que esse modelo é dominante em grande parte das câmaras municipais, mesmo nos grandes centros.

Não parece que a Câmara de Belo Horizonte esteja entre as exceções.

Esse fato exige que as ações da Câmara Municipal sejam avaliadas dentro dessa economia que preside à busca pela reeleição. Os projetos pessoais dos vereadores e as estratégias de poder de cada legenda constituem um contexto de interpretação das movimentações políticas na Casa.

Dentre os 21 partidos presentes no parlamento municipal de Belo

Horizonte, 13 se organizam em blocos, constituídos por duas ou mais legendas.

O Bloco Ordem e Progresso é formado pelo Agir, PSC e Podemos; o Bloco Avante BH, pelo Avante e Cidadania; o Bloco Independente é composto pelo PMN e Republicanos; o Bloco Democrático, por PTB e PL; o Bloco Pátria Minas, por PSDB e PRTB; e, por fim, o MDB e o União Brasil formam o Bloco Democrático Independente. Com exceção de Avante e União Brasil que possuem dois vereadores, cada um dos outros 11 possui apenas um representante na Casa.

Os partidos mais numerosos tendem a atuar por meio de bancadas. O PDT, PP, PT, Novo, PSD, PSOL, Patriota, Rede constituem bancadas próprias. O único vereador sem partido e a Rede formam bancadas com apenas 1 membro.

O *website* da Câmara Municipal de Belo Horizonte não informa a posição dos vereadores no suporte ou na oposição ao governo municipal. O Monitoramento dos Poderes Públicos do Nesp entrou em contato com os gabinetes dos líderes dos blocos e das bancadas para apurar a sua posição perante o Poder Executivo, no entanto, apenas o Bloco Democrático e as Bancadas de PP e PSOL responderam.

Os três se colocaram como independentes.

A CPI DA LAGOA DA PAMPULHA E A CPI DO ABUSO DE PODER NA PBH

No final de 2022, duas comissões parlamentares de inquérito (CPI) foram instauradas na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Ambas investigam ações da Prefeitura de Belo Horizonte durante o mandato do ex-prefeito Alexandre Kalil (PSD).

A “CPI da Lagoa da Pampulha” foi instalada com o alegado propósito de apurar as intervenções de despoluição da Lagoa realizadas pelo Consórcio Pampulha Viva. O contrato estabelecido entre a empresa e a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, em 2018, estipulou o pagamento máximo de R\$ 16 milhões para condução da limpeza e do tratamento da água em 12 meses.

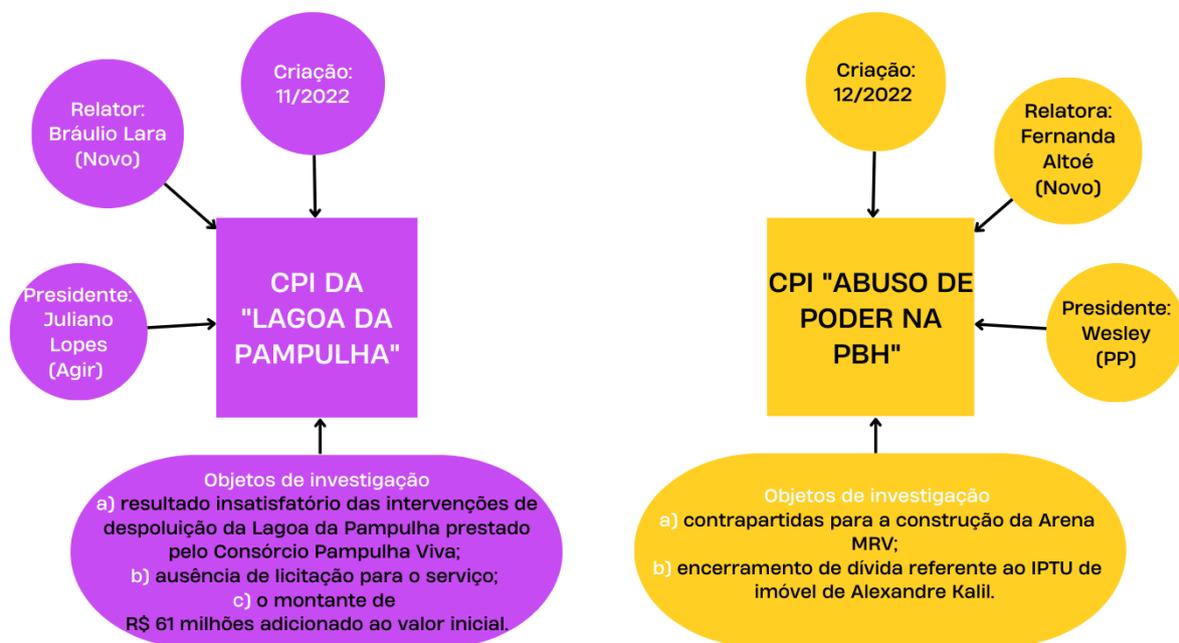
Dentre os objetos de investigação da CPI, está o fato de que o Ministério Público de Contas de Minas Gerais aponta o mal desempenho da intervenção, visto que ainda persiste o assoreamento, com acúmulo de lixo e dejetos. É matéria de apuração a ausência de licitação e o montante de R\$

61 milhões adicionado ao contrato ao longo de sua execução.

Já a “CPI do abuso de poder na PBH” analisa os motivos das contrapartidas que se supõem terem sido exigidas por

Kalil na construção da Arena MRV do Atlético Mineiro. Supostamente, o prefeito teria utilizado sua posição na Prefeitura de Belo Horizonte para atrasar a construção do estádio por interesses pessoais.

Comissões Parlamentares de Inquérito em andamento na CMBH



Fonte: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2023/03/cpis-em-andamento-%C3%AAm-esp%C3%A7o-aberto-para-den%C3%BAncias-an%C3%B4nimas-de-cidad%C3%A3os>



Além disso, também é pauta dessa investigação o encerramento da dívida tributária referente ao IPTU de imóvel do ex-prefeito. A Comissão investiga possível privilégio e interferência política de Kalil na suspensão do débito. A questão emergiu durante as eleições de 2016, voltou à tona na campanha de

reeleição de 2020 e também na campanha passada, quando Kalil disputava o cargo de governador.

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte disciplina os critérios de implementação das comissões parlamentares de inquérito conduzidas na Casa. De acordo com o

documento, é necessária a assinatura de pelo menos 1/3 dos vereadores. Como são 41 cadeiras na CMBH, é preciso adesão de no mínimo 14 vereadores. Também exige que, para se instalar uma CPI, deve haver um fato determinado para que a denúncia seja investigada por uma comissão judicial em prazo de 120 dias prorrogáveis por mais 60 dias.

Conforme o parágrafo único do Regimento Interno, fato determinado é “o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que demande investigação, elucidação e fiscalização e que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da comissão.”

A definição é bastante ampla e sujeita à interpretação do legislador; nela não se estabelecem os critérios para que se identifiquem mais objetivamente os eventos que seriam de interesse público e constitucional.

As duas CPIs em curso se inserem em um contexto de disputa entre a Câmara e

a Prefeitura, que se perpetua desde o primeiro mandato de Alexandre Kalil (2017- 2022).

Em 2021, duas outras CPIs já haviam sido instauradas: a CPI da BHTrans e a CPI da Covid-19.

Em seus respectivos relatórios finais, ambas as Comissões recomendaram ao Ministério Público o indiciamento de dezenas de pessoas, dentre elas empresários, secretários, servidores e o ex-prefeito da capital Alexandre Kalil (PSD).

Em pouco menos de dois anos, portanto, quatro CPIs foram instauradas – na média, uma por semestre. Mesmo na hipótese de existirem fatos objetivos que as motivem, as comissões parlamentares fazem também julgamentos políticos e não é raro que estejam subordinadas a interesses particulares menos explícitos. A superexposição de acusados e de investigadores pode criar desgastes aos primeiros e favorecimentos eleitorais aos últimos – um ativo eleitoral que não deve ser desconsiderado na interpretação desses acontecimentos na Câmara.

CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Desde o início de 2021 (edição n. 43), a produção e a publicação do *Contextus* passaram a ser realizadas pela *Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos*, serviço de análise política criado e coordenado pelo Nesp para acompanhar a conjuntura política nos 28 municípios que compõem a área de abrangência da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 30 - CEP: 30.535-901 - Belo Horizonte - MG

Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick – VEASPAM
José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza

Equipe da Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos

Ana Camila Moreira
Claudemir Francisco Alves (Coord.)
Kelly Cristine O. Meira
Marcelo Gomes

Redatores

Ana Camila Moreira
Claudemir Francisco Alves (Coord.)

Imagem de capa

Marcos Franchini – @mfranchini – mfranchini.com/